COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 50$00 | ANO VII | Nº 62 MARÇO 1991

In memorium de D. Martinho da Costa Lopes

No dia 28 de Fevereiro morreu em Lisboa, vítima de uma queda que agravou o seu debilitado estado de saúde, o Administrador Apostólico resignatário da Diocese de Dili, D.Martinho da Costa Lopes.

Nascido em 11 de Novembro de 1918 em Laleia, concelho de Manatuto, Timor-Leste, D.Martinho foi nomeado para aquele cargo em Outubro de 1977, sucedendo a D.José Joaquim Ribeiro. O seu crescente empenhamento «na defesa intransigente da liberdade e dos direitos do homem» - conforme um dia ele próprio escreveu - levaram o Vaticano, por pressão das autoridades indonésias, a afastá-lo do lugar que ocupava, tendo chegado a Portugal em Junho de 1983.

Na diáspora, D.Martinho exerceu, apesar da idade e da doença, uma dedicada acção em prol da causa do povo a que pertencia, tendo com isso consolidado a sua imagem no coração de todos os nacionalistas e amigos de Timor-Leste.

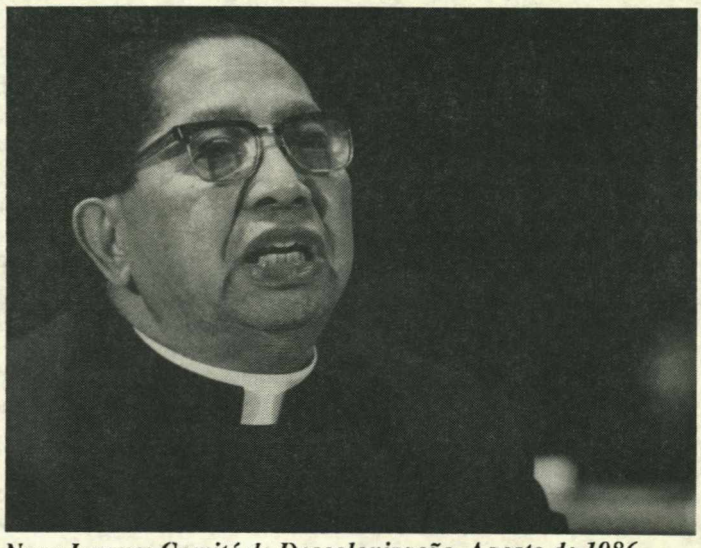
Numa modesta homenagem, publicamos parte de uma breve «autobiografia» escrita em Dezembro de 1984.

O CASO DE LUIS DE LAGA

«Membro activo da Falentil, natural de Laga, de 27 anos de idade, comandante de uma secção de 3 guerrilheiros com a missão específica de explorar terreno e apresentar ao Comité Central da Fretilin um relatório pormenorizado sobre a posição exacta ocupada pelos Bapas [nome por que são conhecidos os indonésios em Timor-Leste] na cidade de Dili, Luís e seus companheiros vinham de Lospalos, a corta-mato, calcorreando enormes distâncias, ora subindo encostas, ora descendo ravinas e, superadas as maiores dificuldades que encontravam pelo caminho, chegaram às regiões de Laulara onde, de tiroteio em tiroteio com os hansips [milícia para-militar constituída por timorenses enquadrados por militares indonésios] e Bapas ali estacionados, foram mortos os seus dois companheiros, ficando apenas ele como único sobrevivente do grupo. Exausto de fadiga e inibido de oferecer mais resistência, por falta de munições, enterrou como podia os seus camaradas mortos nas redondezas de Laulara, escondeu as 3 armas «Mauser» num barranco e, depois, tentando com êxito a descida pela encosta sobranceira ao mar, chegou a Tíbar, donde mais afoito e descontraído, seguiu viagem para Dili.

Já passava das 4 horas da tarde do dia 5 de Setembro de 1982. Estava eu passando uma vista de olhos pelas páginas do **Kompas**, diário católico de maior tiragem em toda a Indonésia, quando enxerguei, ao lusco-fusco, um vulto humano a transpor decididamente os umbrais do portão e vir direito a mim. Eis senão quando à queima-roupa o meu desconhecido parou e se identificou subitamente, dizendo laconicamente: **«Sou da Fretilin e venho do mato.»**. Perante tão estranha forma de se identificar, pus imediatamente de lado o jornal e convidei-o a sentar-se mais perto de mim. Foi então que desbobinou, com surpresa minha, a grande proeza que acabara de levar a efeito, desde Lospalos a Dili e me disse que havia 3 dias que nada comia porque se lhe acabara a diminuta ração que trouxera do mato. Mandei dar-lhe imediatamente algo com que pudesse entreter a fome e, reconfortado depois o estômago com um opíparo jantar, prosseguiu no relato da sua odisseia eriçada de tantas peripécias! Findo o relato, virei-me para ele e disse-lhe com toda a franqueza: meu caro amigo, para o seu caso há apenas duas alternativas irreconciliáveis: ou ficar definitivamente e eu trato já de contactar as autoridades militares para esse efeito, ou voltar para o mato. Tem toda a liberdade em fazer a sua opção e toda a noite para pensar e decidir.

No dia seguinte, perguntei-lhe se tinha tomado alguma decisão. Disse-me que sim, mas que iria primeiro contactar os seus camaradas na cidade para se certificar se havia ou não caminho livre para o interior. Óptimo, rematei eu. Entretanto, eram já horas de ir à Câmara Eclesiástica onde me aguarda toda a papelada para despachar. Por isso, chamei-o à parte, despedi-me dele e deixei-lhe algum dinheiro para comprar o que fosse necessário para comer, caso decidisse regressar ao mato. Por volta do meio-dia regressei ao paço e logo perguntei por ele. Disseram-me que



Nova Iorque: Comité de Descolonização, Agosto de 1986

NESTE NÚMERO:

- *In memorium* de D. Martinho da Costa Lopes
- Comissão dos Direitos Humanos em Genebra
- Homenagem à mulher timorense

tinha saído. Estava ainda a almoçar quando de repente me avisaram: o homem já está de novo aqui! Mandem-no entrar - ordenei - e dêem-lhe de comer. Pouco depois fui ter com ele no quarto que ocupara desde ontem e perguntei-lhe se havia alguma novidade. Respondeu-me que saíra a contactar os seus amigos e camaradas, mas todos à uma lhe disseram que todo o caminho estava barrado, devido à vigilância redobrada dos Bapas. E agora - observei - qual a sua decisão? Agora - respondeu a medo - pedia ao senhor bispo que me acompanhasse a apresentar-me aos Bapas, porque se vou sozinho matam-me com toda a certeza. Ânimo! e confiança em Deus! - disse - mesmo que o quisesse não o deixaria ir sozinho. Eu te asseguro que ninguém te há-de matar sem primeiro passar por cima do meu cadáver. Mas - insisti - já pensou bem? Sim, senhor bispo - respondeu - já pensei e estou decidido.

Voltei para a sala de visitas, peguei no auscultador e telefonei ao vice-comandante do Korem [comando militar distrital], tenente-coronel Francisco Xavier, solicitando a sua presença em minha casa para a solução de um problema urgente. Um quarto de hora depois o oficial estava na residência. Introduzi-o na sala de visitas e, seco como um tabelião, desfechei-lhe à queima-roupa: senhor comandante, vou fazer-lhe uma surpresa, tenho um Fretilin na minha casa. Onde está - inquiriu o comandante - posso vê-lo e falar-lhe? Com certeza - respondi - pois foi para isso que há bocado lhe telefonei.

Mandei vir o meu hóspede que, descontraído e num à-vontade surpreendente, cumprimentou o comandante que, esboçando um sorriso de satisfação, lhe estendeu a mão. Depois de uns minutos de conversa, o comandante do Korem perguntou-me se o poderia autorizar a levá-lo consigo para a INTEL [polícia secreta] a fim de ser inquirido. Perfeitamente, senhor comandante - respondi - mas exijo-lhe apenas duas condições: 1ª - não lhe bater durante o inquérito; 2ª - feito o inquérito, se ele quiser voltar à minha residência, terá a liberdade de o fazer, valeu? Sim - aquiesceu o oficial - não há problema. O interrogatório foi muito apertado e demorou dois dias. Aos militares não lhes faltava vontade de lhe desconjuntar os ossos com forte pancadaria, mas cumprindo escrupulosamente instruções superiores, respeitaram a integridade física do meu cliente e, desta feita, Luís ppôde regressar à residência episcopal de Lecidere onde, tal como sucedeu ao Lourenço, optou por ficar comigo. Foi assim que o braço poderoso de Deus, servindo-se da baixeza deste seu servo, operou as maravilhas do Seu poder, salvando mais uma vida humana!» □

Comissão dos Direitos Humanos: não seria possível ir mais longe?

De 28 de Janeiro a 8 de Março esteve reunida em Genebra a 47ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU (CDH). A CDH é um órgão do Conselho Económico e Social da Assembleia Geral das Nações Unidas (ECOSOC), composto por 43 Estados membros eleitos por períodos de 3 anos. No princípio de cada ano a CDH reúne em Genebra para debater questões relacionadas com a violação dos direitos humanos em todo o mundo, a partir das informações e estudos apresentados pelos diversos participantes: para além dos Estados membros, outros Estados e organizações não governamentais com estatuto consultivo, a título de observadores.

Este ano, pela primeira vez, a Indonésia figurou como um dos Estados membros eleitos, bem como a Austrália, ao lado de Portugal que iniciou o seu segundo mandato.

A Solidariedade portuguesa esteve presente, desta vez através de A Paz É Possível em Timor-Leste.

A questão de Timor-Leste, que não é objecto de votação de resolução na CDH desde 1983, foi este ano especialmente discutida em vários pontos da agenda de trabalhos, nomeadamente no debate sobre o direito à autodeterminação (ponto 9), tortura e desaparecimentos (ponto 10) e violações dos direitos humanos e liberdades fundamentais (ponto 12).

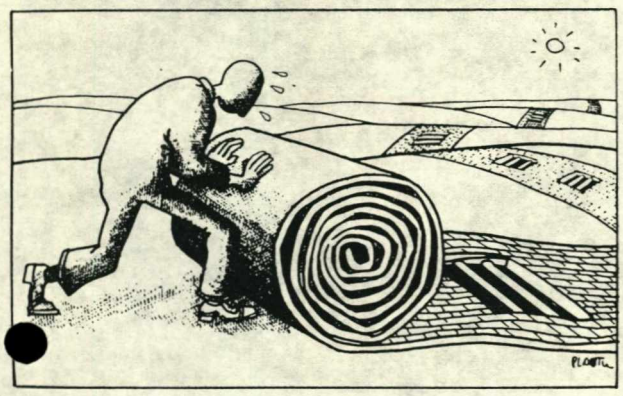
Neste último ponto - onde habitualmente surgem maior número de declarações dos Estados no que se refere à questão de Timor - é de salientar a intervenção da Presidência da CEE (Luxemburgo): **«Os Doze estão gravemente preocupados com a situação dos direitos humanos prevalecente em Timor-Leste. Embora o acesso a certos distritos continue proibido, chegam-nos relatórios testemunhando que as detenções de curta ou longa duração, os maus tratos, a tortura e matanças, o não respeito pelo direito de reunião pacífica e pela liberdade de expressão continuam a ser infligidos aos habitantes de Timor-Leste pelas forças indonésias. (...) Os Doze exprimem o seu desejo de que as ONG sejam autorizadas a entrar no território. A Comunidade e os seus Estados membros manifestam a esperança de que uma solução justa, global, internacionalmente aceitável seja encontrada em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, incluindo o respeito pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais, e tendo plenamente em conta os interesses legítimos dos Timorenses. Os Doze continuam a seguir de perto a evolução da situação em Timor-Leste»**.

De referir nesta declaração a atenção dada às práticas violadoras dos direitos humanos e, pela primeira vez, a menção específica das forças indonésias como responsáveis por essas violações.

Outros Estados membros, como a Suiça, França, Canadá, Brasil, Austrália e E.U.A., referiram-se à situação dos direitos humanos em Timor-Leste naquele ponto da agenda. A intervenção dos Estados Unidos, bastante aquém da denúncia apresentada no recente relatório do Departamento de Estado norte-americano, limitou-se a encorajar as conversações existentes entre Portugal e a Indonésia. Quanto à Austrália, viu-se subitamente alvo das suas críticas depois de ter mencionado as violações em Timor-Leste. A Indonésia, agastada com o seu parceiro na exploração do petróleo do mar de Timor, quis reiterar que **«algumas das dificuldades enfrentadas são também criadas por certos grupos de ex-residentes de Timor-Leste, que agora vivem na Austrália»**. Estas invectivas, e a bem fornecida comitiva que acompanhava a delegação, incluindo mesmo o embaixador indonésio em Nova Iorque, N. Sutresna, traduzem a preocupação indonésia pelo número crescente de intervenções sobre Timor, incluindo as de organizações não governamentais que se manifestaram contra o clima de repressão e terror prevalecente no território. 26 ONG assinaram, nesse sentido, uma declaração lida no ponto 12 na qual depois de referirem a sua preocupação pelos **«numerosos casos de desaparecimentos e execuções sumárias, e pelo recurso sistemático à tortura dos detidos, sendo as vítimas de tais sevícias particularmente jovens de 13 a 18 anos»**, lançaram um apelo à CDH para que **«pressionem as autoridades indonésias a cessarem as violações e para que o território seja enfim aberto às organizações humanitárias e missões de investigação»**. As ONG terminaram dizendo: **«Todos deplorámos a ocupação do Koweit pelo Iraque. É oportuno lembrar aqui que as Nações Unidas condenaram firmemente uma ocupação semelhante. No caso de Timor-Leste, a resolu-**

ção 384 do Conselho de Segurança pedia a retirada imediata das tropas indonésias do território. Esta resolução ficou letra morta e conduziu às graves e massivas violações que presentemente deploramos».

De destacar também que várias organizações, como Pax Romana, Pax Christi Internacional, Acção dos Cristãos pela Abolição da Tortura (ACAT), Movimento contra o Racismo (MRAP), Comissão Internacional de Juristas, Liberation, entre outras, dedicaram à questão de Timor intervenções integrais, ou partes substanciais destas. Outros casos gritantes se impunham: Sri Lanka, Palestina, Guatemala, El Salvador, Zaire... e os 10 minutos de que cada ONG dispõe, em cada ponto da agenda, não chegam para abarcar todas estas situações também urgentes.



PRESENÇA DE REFUGIADOS TIMORENSES

A presença e testemunho de refugiados timorenses na CDH contribuiu para uma maior sensibilização entre os participantes, embora os complexos meios de funcionamento e processos de órgãos deste tipo ofereçam problemas aos observadores menos preparados.

Um dos timorenses presentes, Donaciano Gomes, 21 anos, chegado de Timor-Leste a Portugal em Setembro passado, afirmava na sua intervenção:

«Em 1989, preparando a visita do Papa João Paulo II a Timor, numerosos timorenses foram presos e torturados.

O clima de terror não impediu a realização de uma manifestação no final da missa celebrada pelo Papa a 12 de Outubro. Logo que o Papa partiu, a repressão abateu-se sobre nós. Houve numerosas prisões: dois amigos meus, Jacob Xavier e Virgílio Costa, foram detidos no Senopati III, uma caserna de comandos, e torturados. Eu escapei a essa sorte escondendo-me durante várias noites nos bosques próximos de Dili. Mas, tendo sabido que os militares ameaçavam tomar a minha família como refém, procurei refúgio no dia 26 de Outubro na residência do Bispo católico.

Cerca de 38 jovens já aí se encontravam. O comandante militar, General Mulyadi, e outras autoridades, tentaram fazer-nos sair, mas o Bispo, Monsenhor Belo, assumiu a nossa protecção.

A tensão aumentou e (no dia 5 de Novembro) o comandante militar e oficiais entraram na casa episcopal e ameaçaram levar o Bispo se não saíssemos de livre vontade. Nós saímos, depois de o comandante nos ter prometido, diante do Bispo, que não seríamos torturados e que seríamos libertados após um curto interrogatório.

Fomos levados de autocarro ao posto da polícia e o Bispo acompanhou-nos. Nos interrogatórios, a polícia foi substituída por militares dos comandos "Boinas Vermelhas". Depois, a maioria dos meus companheiros foi realmente libertada como prometido, mas José Manuel da Silva Fernandes, Francisco Maria de Sousa, Clementino Faria, Guilherme Pereira, António Pereira Lopes, Lourenço Pereira e eu próprio, fomos levados sucessivamente a 4 instalações militares. Em todos esses locais fomos torturados. Fui torturado pelo Coronel Naingolan e outros militares da Inteligência: queimaduras de cigarros, choques eléctricos, punhal espetado nas costas, pancadas na cabeça, canos de armas apontados ao peito, à cabeça e na boca. Os meus amigos sofreram o mesmo. Os carrascos queriam que nós acusássemos os padres timorenses de nos terem instigado a realizar a manifestação diante do Papa. Os interrogatórios e as torturas prolongaram-se durante 15 dias.

Aquilo que eu vi e sofri, é o que todo um povo vive e suporta desde há 15 anos, prisioneiro na sua própria terra. As Nações Unidas reconhecem o nosso direito à autodeterminação, mas que fazem para nos defender? Esperamos que as leis e os princípios do direito internacional serão válidos para todos».

CLIMA INTERNACIONAL FAVORÁVEL

O clima internacional era, este ano, particularmente favorável ao tratamento da questão de Timor, pela semelhança da situação timorense com a invasão do Koweit que centrava as atenções. Também a aprovação de uma resolução sobre Timor-Leste, em Agosto passado, na Sub-Comissão dos Direitos Humanos, onde se recomendava à Comissão que considerasse, nesta sessão, a situação dos direitos e liberdades fundamentais no território, favorecia o debate. Na sequência daquela resolução, o Secretariado da ONU a quem se pedia que transmitisse aos membros da CDH **«informação fiável recebida»**, fez circular como documento oficial um relatório sobre a situação em Timor-Leste, onde transmitia duas intervenções de Amnistia Internacional, uma delas de Janeiro de 1991, relatando o agravamento no território de Setembro para cá.

Neste contexto, esperava-se que este importante documento, a que se juntava o relatório do Relator Especial das Nações Unidas para as questões relativas à tortura, constituísse um instrumento de persuasão nas mãos da diplomacia portuguesa no sentido de uma proposta de resolução sobre Timor-Leste. A não apresentação de uma resolução, numa conjuntura favorável (veja-se, aliás, a intervenção conjunta dos Doze) que pode não vir a repetir-se no próximo ano, vem criar novos problemas pois a Sub-Comissão terá dificuldade em continuar a aprovar resoluções que não encontram correspondente tratamento no órgão superior ao qual se reporta.

As duas últimas visitas ao território - parlamentares australianos e Conselho Mundial de Igrejas, no princípio de Fevereiro - foram utilizadas pela Indonésia para mostrar **«as mais recentes imagens da situação em Timor. O representante do CMI elogiou repetidamente o Governo indonésio pelos seus esforços para aumentar o nível de vida em Timor-Leste, e disse aos jornalistas que a situação em Timor-Leste é muito diferente da imagem apresentada pela imprensa no exterior»**. Portugal ripostou afirmando que **«a delegação indonésia esqueceu-se de informar a Comissão que o chefe dessa mesma missão, o Bispo português Fernando Soares, não obteve o visto necessário para entrar no território»**.

Em resposta aos repetidos apelos ao acesso de organizações humanitárias a Timor-Leste, a delegação indonésia declarou que **«o Governo indonésio deseja considerar seriamente qualquer pedido de organizações credíveis para visitar Timor-Leste se, pela sua parte, mostrarem por palavras e actos que estão sinceramente de boa-vontade e que examinarão objectivamente a situação dos direitos humanos do povo indonésio de Timor-Leste»**. Porém, acrescentaram, **«é inconcebível que aqueles que fizeram declarações depreciativas mesmo antes de visitarem o território, esperem que o Governo indonésio acredite na sua imparcialidade e lhes permita o acesso»**.

Como replicou a organização internacional **Liberation, «isto significa que nenhuma organização que tenha alguma vez feito uma crítica acerca dos direitos humanos em Timor-Leste será autorizada a entrar, fechando assim a porta a algumas das organizações mais respeitadas que gozam da confiança da rede de direitos humanos das Nações Unidas»**. □

«O Verdadeiro baluarte da resistência»

Aproveitando a passagem do Dia Internacional da Mulher (8 de Março), prestamos a nossa homenagem à mulher timorense transcrevendo uma passagem da entrevista do Comandante Xanana Gusmão ao Diário de Notícias **nos finais do ano passado.**

Descrever o papel que as mulheres desempenham separadamente dos homens, seria dividir a resistência popular em duas frentes distintas, por si mesmas inconcebíveis. Devo afirmar ainda que, nos períodos mais difíceis da luta (de 79 a 81 e de 83 a 85), em que as represálias do ocupante recaíam principalmente sobre os homens, a mulher timor foi o verdadeiro baluarte da resistência.

Permita-me que, em honra da MULHER TIMOR, conte dois episódios, simples, de entre tantos que eu próprio presenciei.

Em 1980, passámos da Ponta Leste para os Centros. Éramos todos desconhecedores do terreno. Em Loilubo, conseguimos contactar com a população, depois da nossa passagem por Venilale. Reunimo-nos toda a noite e, no fim, pedimos aos responsáveis que nos fornecessem guias que nos levassem a Ostiko, Bukoli, Kairabela e Vemasse. Muito cedinho, enquanto a população começava a dispersar, duas raparigas, irmãs, de entre 16 a 18 anos, apresentaram-se munidas de catanas. Ficámos perplexos e após uma breve troca de palavras, soubemos que seriam as nossas guias. Desbravando caminho, escolhendo terreno para estacionarmos, entrando e saindo dos diferentes campos de concentração, promovendo conjuntamente com os responsáveis de cada campo os contactos com as populações, durante cerca de 20 dias tivemos a agradável, solidária e corajosa companhia de duas companheiras de luta, cuja acção foi vital para o início do processo de reorganização nas partes centrais do país.

Meses mais tarde, entrámos por Ostiko para contactar com os responsáveis de Berekoli, Fatumaka, Gari Uai, campos de concentração situados ao longo da estrada Baucau/Venilale. Foi uma noite toda a andar e a reunir com a população, para a formulação de novas bases de luta. No regresso, ultrapassámos o campo de Ostiko ao clarear do dia. Pouco depois, duas outras raparigas, de Ostiko, apareceram e conduziram-nos a um local próximo. Deram as referências sobre o terreno e o Comandante foi colocar os postos de segurança. Estávamos todos literalmente cansados e cheios de sono. Decorrida mais ou menos uma hora, as duas vieram ter comigo: «irmão, nós sabemos que os irmãos não dormiram toda a noite. Os elementos da segurança não estão capazes de cumprir bem o seu dever. Sugerimos que eles também descansem pelo menos umas duas horas. Nós as duas faremos a segurança. Se vier o inimigo, estamos prontas para morrer para que vos salveis. Sois mais necessários para a Luta que nós».

Não se notava a mais pequena hesitação tanto nas suas palavras como nos seus semblantes. O comandante ainda tentou dissuadi-las mas os seus olhos semi-cerrados traíram-no. Perante a resoluta e corajosa atitude das duas, pensei que não deveria decepcioná-las e anui.

Cerca das duas horas da tarde, fomos acordados com suavidade: «Irmãos, irmãos ...». Levantámo-nos e a primeira reacção de todos foi agarrar na arma, na expectativa de nos indicarem de que direcção vinha o inimigo. Ficámos felizmente envergonhados perante o doce sorriso das duas: «Não há nada. Patrulhámos constantemente os arredores e não há presença nem de hansips. Mas ... é hora de comerem para arrancarem, porque depois torna-se tarde e é conveniente que ultrapassem aquela ribeira além. Para cá da ribeira não devem fazer sinais.». (...).

E, se me permite ainda, apenas mais um, já que nunca me foi proporcionado falar sobre a MULHER TIMOR nesta Luta.

Saímos de Matebian em 28/Nov/78. Em 7 de Dezembro entrava na planície frente a Mehara. Seria o começo da minha iniciação de guerrilha. Instalei-me em casa do «kepala kampung» local e, durante meses, percorri todos os outros campos de reunindo-me com as populações e, essencialmente, ouvindo e aprendendo.

Numa ocasião, o dono da casa deslocou-se a Lospalos e lá permaneceu por quase uma semana. Em casa, apenas a esposa do «kepala», seus 4 filhos e eu. Havia um posto inimigo, mesmo dentro do campo, com um efectivo de um pelotão. Numa manhã, a companheira encontrava-se nas traseiras e eu no meu quarto, como de costume. O rapaz, de 7 anos,mais a irmã, de uns 5, estavam de sentinela, brincando à frente da casa. Ouvi uma correria e vozes atrapalhadas das crianças, dirigindo-se à mãe. Eu não compreendia ainda nada de fataluko [dialecto local]. As 2 crianças irromperam para dentro da casa e o rapaz corria a fechar as portas e as janelas dos outros quartos, enquanto a sua irmã fechava apressadamente as do meu quarto e me dizia com ar assustado: «java, java».

Compreendi a seguir, ao ouvir a altercação que começava entre um soldado javanês e a esposa do «kepala». Não percebia nada mas apercebia-me de um perigo eminente. Aqueles minutos foram uma eternidade e não escondendo a minha apreensão sobre o futuro daquela casa, eu estava preparado para o que desse e viesse. Percebi que o javanês foi baixando a voz, enquanto a companheira levantava a sua e parecia gritar com ele. Só percebia «kepala», «Lospalos». Notei que a mulher já gritava no lado oposto ao meu quarto. Minutos depois, vi entrar a mulher, com o bebé ao colo e os três mais crescidos agarrados a ela, emocionados, como que protegendo-a ao mesmo tempo buscando protecção. Passei para a sala. Ela não disse uma palavra. Atirou-se com todo o peso sobre um banco e encostou-se à parede. Olhou para mim e sorriu enquanto limpava o suor. Deixou cair um profundo suspiro e afagou os filhos e com uma calma impressionante falou aos filhos: «Abram de novo as janelas e vão brincar lá fora ... » □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R. Pinheiro Chagas, 77-2ºE-1000 Lisboa, Tel: 574718
Produção: João Escadinha **Impressão:** Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo DGCS nº 112094 Dep. Leg. nº 25317